



Luís Todo Bom - Gestor de Empresas

01 de Julho de 2021 às 09:20

COLUNISTAS LUÍS TODO BOM

A aversão da classe política às ordens profissionais

Num mundo em que os fluxos migratórios têm aumentado consideravelmente, com grande disparidade dos conhecimentos teóricos e técnicos adquiridos nas várias universidades, esta garantia que as ordens profissionais asseguram tem uma responsabilidade acrescida.

Declaração de interesses: sou engenheiro químico, do Técnico, membro conselheiro e especialista em engenharia e gestão industrial da Ordem dos Engenheiros e membro da Academia de Engenharia.

Quando me identifico como engenheiro, refiro, sempre, a minha inscrição na Ordem, porque esse facto é que legitima a minha capacidade e competência para realizar actos de engenharia.

As ordens profissionais – médicos, engenheiros, advogados, economistas... – são entidades fundamentais para garantir princípios de competência, ética e profissionalismo, no exercício de profissões de elevada complexidade, com implicações graves na vida das empresas e dos cidadãos.

O país não pode autorizar actos de engenharia, que envolvem conhecimentos profundos de matemática, física, química e tecnologia, a pretensos engenheiros, licenciados num domingo, com a disciplina de inglês técnico.

Numa universidade privada, que um ministro socialista do ensino superior se apressou a encerrar.

O mesmo se passa com a actividade dos médicos, que respondem pela saúde dos cidadãos, dos advogados, que asseguram o funcionamento adequado dum Estado de direito, e dos economistas, que garantem o rigor económico-financeiro das empresas.

O mundo actual é muito exigente, em termos de conhecimento estruturado, nas várias matérias que suportam a actividade dos quadros superiores qualificados, das empresas e das instituições públicas.

Só as boas universidades conseguem garantir o conhecimento teórico e aplicacional adequado, que suporta o exercício destas profissões, com competência e qualidade, adoptando padrões europeus.

E a existência duma entidade de serviço público, sem fins lucrativos, ligada à sociedade civil, que seja o garante destas competências e capacidades e do seu exercício com princípios éticos e honestidade profissional, constitui uma garantia fundamental de salvaguarda dos direitos dos cidadãos.

Num mundo em que os fluxos migratórios têm aumentado consideravelmente, com grande disparidade dos conhecimentos teóricos e técnicos adquiridos nas várias universidades, esta garantia que as ordens profissionais asseguram tem uma responsabilidade acrescida.

O ataque da classe política às ordens profissionais, sob o falso pretexto de que distorce a concorrência, como se fossem sociedades secretas fechadas, tem uma explicação simples.

Sendo esta classe política actual, constituída, maioritariamente, por indivíduos que não reúnem as condições de conhecimentos académicos e competências e capacidades profissionais, para serem admitidos nas suas respectivas Ordens, a solução que encontraram foi a de contribuírem activamente para o seu encerramento ou para a limitação absoluta da sua capacidade de intervenção.

Este caminho, de prémio à ignorância e ao conhecimento superficial, é o caminho para a pobreza.

Que o nosso país percorre, há vários anos.

Este caminho, de prémio à ignorância e ao conhecimento superficial, é o caminho para a pobreza.